



RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 49/2017 – DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF

Unidade : Companhia Energética de Brasília - CEB
Assunto : AUDITORIA DE CONFORMIDADE EM PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
Exercício : 2016

Senhor Diretor,

Apresentamos os resultados dos trabalhos de auditoria de conformidade com a finalidade de examinar a Prestação de Contas Anual da Unidade acima referenciada, nos termos da determinação do Senhor Subcontrolador de Controle Interno, conforme Ordem de Serviço Interna nº **/2017/SUBCI/CGDF.

I - ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Companhia Energética de Brasília - CEB, no período de 27/01/2017 a 16/02/2017, objetivando a realização de auditoria de conformidade, para a instrução do processo de Prestação de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2016.

Não foram impostas restrições quanto ao método ou à extensão de nossos trabalhos.

A auditoria foi realizada por amostragem de julgamento, visando examinar os atos e fatos praticados pelos Gestores da Companhia Energética de Brasília – CEB, relativos às gestões orçamentária, financeira, suprimentos de bens e serviços, patrimonial e contábil.

Na sequência apresentamos os resultados das análises realizadas na gestão da Unidade.

II - EXAME DAS PEÇAS PROCESSUAIS

Até a data de encerramento deste relatório, não foi entregue pela Unidade o processo de prestação de contas referente ao exercício de 2016 (i.e., sua inserção no sistema e-Contas do Tribunal de Contas do Distrito Federal), não sendo possível o exame das peças processuais.



III - IMPACTOS NA GESTÃO

1 – GESTÃO DE SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS

1.1 – AUSÊNCIA DE PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA (PDTI) NA AQUISIÇÃO DE SOFTWARE

Fato

Em análise ao Processo nº 093.000.032/2016, a equipe de auditoria constatou que a Unidade processou o Pregão Eletrônico nº 621/2016, objeto de Solução Integrada de Gestão Empresarial (ERP), sem lhe evidenciar adequação ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), nos termos do art. 4º da Instrução Normativa nº 4/2000/SCTI/MPOG e reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) como a derivada do Acórdão nº 1521/2003 abaixo:

Acórdão 1.521/2003-TCU-Plenário

A licitação deve ser precedida de minucioso planejamento, realizado em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e com o seu plano diretor de informática, em que fique precisamente definido, dentro dos limites exigidos na Lei nº 8.666/93, os produtos a serem adquiridos, sua quantidade e o prazo para entrega das parcelas, se houver entrega parcelada.

Registramos que em resposta à Solicitação de Auditoria nº 3/2017 a Gerência de Tecnologia da Informação da CEB Holding S.A. informou não possuir Plano Diretor de Tecnologia da Informação em razão de “*pequeno volume de contratações*” realizadas no âmbito da Companhia, razão de justificativa a não elidir a impropriedade consignada no presente subitem.

Acrescentamos que a solução de software objeto do Pregão nº 621/2016 resultou na formalização do Contrato nº 008/2016-CJU-CEB no valor global de R\$ 3.999.998,40.

Causa

- Falha de planejamento na adoção de solução de software.

Consequência

- Não evidenciação de compatibilidade da solução adotada com plano diretor vigente no âmbito da Companhia.

Recomendação

- Elaborar Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para suportar futuras contratações dessa natureza.



2 - GESTÃO CONTÁBIL

A Companhia Energética de Brasília (CEB) é uma Sociedade de Economia Mista de capital aberto (Lei nº 4.545/64), registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com ações negociadas no âmbito da Bolsa de Valores de São Paulo. Tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica.

A presente análise financeira é realizada com fundamento nas demonstrações consolidadas, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27/03/2017. Por parâmetro, adotou-se a taxa acumulada do IPCA 2016 (6,29%) como deflator dos agregados financeiros examinados pelo método horizontal (diferentes exercícios).

Destacamos:

- 1) O Resultado Operacional do exercício apresentou queda nominal de 40,7%;
- 2) A Receita Operacional Líquida registrou decréscimo nominal de 11,7%;
- 3) A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 133.693.000,00;
- 4) As despesas gerais e administrativas apresentaram crescimento nominal de 26,2% no exercício;
- 5) Em comparação a 2015, a Companhia apresentou queda de 4,0 pontos percentuais no índice de giro do ativo;
- 6) A razão do Imobilizado relativamente ao patrimônio líquido se manteve constante (0,13);
- 7) A razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante foi de 0,93;
- 8) Em termo de margens, a Companhia apresentou os seguintes indicadores: Margem Bruta, 0,13; Líquida 0,06 e Operacional, 0,06;
- 9) Os Ativos totais suportavam 62% das obrigações de curto e longo prazos.

2.1 – ANÁLISE DO ATIVO

2.1.1 – DISPONIBILIDADES – CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES

De acordo com as demonstrações financeiras da Companhia, o montante à conta de caixa e equivalentes encerrou o exercício com crescimento nominal de 10,24%, em relação ao registrado em 2015, conforme tabela abaixo (em milhares de R\$):

GRUPO CONTAS	SALDO EM R\$ (2015)	SALDO EM R\$ (2016)	VARIAÇÃO EM %
Caixa e Bancos	34.437	31.016	(9,9)
Aplicações Financeiras	43.606	55.025	26,1
TOTAL	78.043	86.041	10,24

Consignamos o crescimento real de 18,6% dos saldos à conta de aplicações financeiras de liquidez imediata (remuneração à base de 95% a 100% do certificado de Depósito Bancário – CDI), em relação ao montante observado em 2015.

As disponibilidades suportavam 17,06% das obrigações de curto prazo de acordo com a métrica de liquidez imediata.



Excluído o saldo da conta Estoque (R\$ 8.768.000,00), o Ativo Circulante Líquido da Companhia suportava 92,6% das obrigações de curto prazo (critério de liquidez seca).

2.1.2 – CONTAS A RECEBER

A companhia apresentava em 31/12/2016 o montante de R\$ 696.733.000,00 em contas a receber, 83,9% derivados de créditos junto a consumidores, concessionários e permissionários.

O subgrupo consumidores (R\$ 444.764.000,00) respondeu em todas as classes por 63,8% dos valores a receber (incluindo o Poder Público, totalizando R\$ 74.728.000,00).

Os débitos residenciais apresentaram crescimento nominal de 4,2%, somando R\$ 175.967.000,00 em 31/12/2016,

A decomposição dos valores a receber de consumidores pela Companhia por classes integra a Nota Explicativa nº 6, anexa às demonstrações.

2.1.3 – PROVISÃO PARA PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Companhia constituiu o montante de R\$ 154.153.000,00 a título de estimativa para perdas com devedores (valores a receber de consumidores residenciais, vencidos há mais de 90 dias), com queda nominal de 3,4% em relação ao contabilizado em 2015.

Registramos que o grupo denominado Poder Público (valores vencidos há mais de 360 dias), incluindo iluminação pública, respondeu por 67% do provisionamento efetivado no exercício.

2.1.4 – BENS PARA VENDA

A Companhia reverteu o saldo de R\$ 275.969.000,00 à conta de Ativos para Venda, em razão de restar deserta licitação para venda de bens imóveis no Setor Noroeste em 2015, com área total de 284.160 m².

Permaneceram ativados para venda bens imóveis no montante de R\$ 3.663.000,00, saldo registrado no Ativo Circulante.

2.1.5 - VALORES A RECEBER – “PARCELA A”

O saldo dos ativos financeiros setoriais somou R\$ 392.433.000,00, conforme tabela analítica constante da Nota Explicativa nº 8, integrante das demonstrações. A “Parcela A”, representada pelos custos não gerenciais da empresa (custos setoriais, encargos de transmissão e compra de energia para revenda), representou 58% do agregado, já descontadas amortizações no período e somadas atualizações.



2.1.6 - ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O saldo à conta de investimentos em infraestrutura não depreciable até o final da concessão (2045), restituível pelo Poder Concedente, somou no exercício R\$ 129.189.000,00.

De acordo com a Nota Explicativa nº 11, a Companhia transferiu R\$ 874.590.000,00 para a realização no Ativo Intangível, 89,9% do saldo registrado em 2014, incluindo adições, transferências e ajustes.

2.1.7 - INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na tabela a seguir, apresentamos os saldos (em milhares de R\$) e respectivas variações percentuais à conta de Investimentos, incluindo adiantamento para futuro aumento de capital e resultados por equivalência patrimonial, do Imobilizado e do Intangível, conforme os dados constantes das Notas Explicativas nº 14, 15 e 16:

CONTA	2015	2016	VARIACÃO (%)
Investimentos	353.750	620.252	75,3
Imobilizado	109.153	118.014	8,1
Intangível	1.028.414	982.956	(4,4)

2.2 – ANÁLISE DO PASSIVO

2.2.1 – CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – CIP

O saldo à conta de obrigações a repassar ao Tesouro do Distrito Federal, relativamente à Contribuição de Iluminação Pública (Lei Complementar nº 673/2002), somou R\$ 127.532.000,00, 5,6% menor do que o registrado em 2015.

Destacamos que a Lei nº 5.434/2014 autorizou à Companhia o parcelamento em 60 meses sucessivos do saldo arrecadado e não repassado ao Tesouro Distrital nos exercícios de 2013 e 2014.

De acordo com a Nota Explicativa nº 19, em 31/12/2016 o montante a repassar ao Governo do Distrito Federal era de R\$ 207.412.000,00, 38,5% registrados no Passivo Não Circulante.

2.2.2 – DEBÊNTURES

A Companhia registrava em 31/12/2016 o montante de R\$ 53.145.000,00 em debêntures (títulos de longo prazo) no Passivo Circulante, resultante de operações autorizadas em 2015 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os recursos captados foram aplicados em investimento na infraestrutura de distribuição de energia, efetivação e cumprimento de obrigações setoriais e baixa de obrigações junto a fornecedores.



Os títulos incluem carência de 12 meses e são remunerados à Taxa DI (100%), capitalizada exponencialmente com sobretaxa (spread) de 6,8%. As operações são restritivas ao agente fiduciário “Credit Suisse”.

O saldo remanescente das obrigações foi contabilizado à conta do Não Circulante (R\$ 128.763.000,00).

A garantia às operações inclui a cessão fiduciária de direitos de créditos presentes e futuros e alienação fiduciária de bens imóveis (Nota Explicativa nº 21).

2.2.3 – FORNECEDORES

A conta Fornecedores apresentava ao encerramento do exercício sado de R\$ R\$ 219.195.000,00, queda de 31,9% em relação a 2015.

2.2.4 – PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, FISCAIS E REGULATÓRIOS

Na tabela abaixo, relacionamos as provisões (em milhares de R\$) constituídas pela companhia:

PROVISÃO	2015	2016	VARIAÇÃO (%)
Circulante – Curto Prazo	9.168	3.905	(57,4)
Não Circulante – Longo Prazo	69.399	68.512	(1,27)

As provisões para riscos regulatórios representavam 74% do montante total constituído (R\$ 72.417.000,00), de acordo com tabela analítica constante da Nota Explicativa nº 26.

2.2.5 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Na tabela a seguir, relacionamos a movimentação no exercício (em milhares de R\$) da conta Empréstimos e Financiamentos (Nota Explicativa nº 22):

MOVIMENTAÇÃO	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	CUSTO DE TRANSAÇÃO	SALDO LÍQUIDO
Saldo em 31/12/2015	280.032	(1.088)	278.944
Varição Monetária	(2.548)	-	(2.548)
Encargos	32.412	-	32.412
Custos de Transação	-	214	214
Encargos – Pagos	(32.718)	-	(32.718)
Amortização Principal	(57.318)	-	(57.318)
Saldo em 31/12/2016	219.860	(874)	218.986

A composição analítica dos empréstimos e financiamentos e respectivas taxas por operação constam da Nota Explicativa nº 24, anexa às demonstrações da Companhia.

2.2.6 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE



A conta Benefícios Pós-Emprego do Passivo Não Circulante, que inclui obrigações previdenciárias e de assistência à saúde a empregados da Companhia, encerrou o exercício com saldo de R\$ 59.101.000,00, variação nominal de 173% em relação a 2015.

A Companhia também registrou à conta de benefícios pós-emprego obrigações de curto prazo no montante de R\$ 30.252.000,00.

Entre outros fatores, o déficit atuarial-assistencial resultou de alterações no exercício na taxa de juros atuarial (5,91% contra 7,34%), conforme análise constante da Nota Explicativa nº 25 (e subitens).

Registramos que o planejamento dos nossos trabalhos de auditoria não integrou o exame atuarial dos planos previdenciários e de assistência à saúde de funcionários da CEB Holding S.A., não alcançado pelas disposições contidas nos arts. 147 e 148 da Resolução nº 38/90/TCDF.

2.3 – RECEITA E RESULTADO

Em relação a 2015, a análise das demonstrações financeiras revelou queda nominal de 40,7% no lucro operacional da Companhia.

A operação no exercício foi significativamente influenciada pelas seguintes variações:

- 1) Queda de 22,7% das despesas com vendas;
- 2) Resultado de equivalência patrimonial;
- 3) Aumento médio nominal de 13,3% no montante de outras receitas operacionais;
- 4) Crescimento de 26,2% nas despesas gerais e administrativas;

Ao final do exercício, a Unidade registrou resultado líquido (lucro do exercício) de R\$ 133.693.000,00 contra R\$ 49.300.000,00 contabilizados em 2015.

Na tabela abaixo, sintetizamos o resultado do exercício da Companhia, com base nos dados constantes da Demonstração de Resultado (DRE):

DESCRIÇÃO	2015 (MIL R\$)	2016 (MIL R\$)	VARIAÇÃO (%)
Receita Operacional Líquida	2.396.004	2.114.554	(11,7)
Lucro Bruto	420.726	278.124	(33,8)
Lucro Operacional – Antes do resultado Financeiro e dos Tributos	230.635	136.673	(40,7)
Prejuízo/Lucro Líquido	49.300	133.693	171,1

2.4 – INDICADORES DE RENTABILIDADE

A tabela a seguir resume os indicadores de rentabilidade (margem) da Companhia:

ÍNDICE	2015	2016	DEFINIÇÃO
--------	------	------	-----------



Margem Bruta	0,17	0,13	Razão entre o Lucro Bruto e as Receitas Operacionais Líquidas.
Margem Líquida	0,02	0,06	Razão entre o Lucro Líquido e as Receitas Operacionais Líquidas
Margem Operacional	0,09	0,06	Razão do Lucro Bruto e as Receitas Operacionais Líquidas

2.5 – INDICADORES DE LIQUIDEZ

Na tabela abaixo, apresentamos os indicadores financeiros de liquidez da Companhia, conforme cálculos realizados pela equipe com base nas demonstrações contábeis do exercício:

DESCRIÇÃO	2015	2016	DEFINIÇÃO
Liquidez Imediata	0,05	0,06	Razão disponibilidades e obrigações de curto prazo
Liquidez Corrente	1,10	0,93	Razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.
Liquidez Geral	0,72	0,62	Razão entre direitos de curto e longo prazo e obrigações de curto e longo prazo.
Solvência Geral	1,30	1,36	Razão Total do Ativo e das obrigações de curto e longo prazos
Imobilização do P L	0,13	0,13	Razão do Imobilizado relativamente ao Patrimônio Líquido.
Endividamento Geral	0,76	0,73	Razão do capital de terceiros e o total de capitais

Registramos:

- 1) As disponibilidades (caixa e equivalentes) suportavam 6% das obrigações de curto prazo;
- 2) Direitos e disponibilidades registradas no Ativo Circulante suportavam 93% das obrigações de curto prazo;
- 3) Os Ativos totais suportavam 62% das obrigações de curto e longo prazo;
- 4) Os bens patrimoniais registrados no Ativo Imobilizado representavam 13% do Patrimônio Líquido (PL), conforme Índice de Imobilização do PL;
- 5) As obrigações de curto e longo prazos importavam 73% do capital total da Companhia;
- 6) O total dos ativos cobria 1,36 vez as obrigações de curto e longo prazo.

2.6 – INDICADORES DA SITUAÇÃO OPERACIONAL

Em comparação a 2015, a Companhia apresentou queda de 4,0 pontos percentuais no índice de Giro do Ativo (0,67 contra 0,71), expresso pela razão das receitas líquidas operacionais e o Ativo Total.

Em relação ao Patrimônio Líquido (critério de giro), as receitas líquidas operacionais alcançaram índice de 2,49 contra 3,06 registrados em 2015.

2.7 – EBITDA

O lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) atingiu no exercício o montante de R\$ 406.586.000,00, conforme tabela abaixo (em milhares de R\$):



Resultado Líquido do Exercício	R\$ 133.693
Despesas Financeiras	R\$ 197.272
IRPJ e CSSL	R\$ 75.621
RESULTADO	R\$ 406.586

IV - CONCLUSÃO

Em face dos exames realizados foram constatadas as seguintes falhas:

GESTÃO	SUBÍTEM	CLASSIFICAÇÃO
GESTÃO DE SUPRIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	1.1	Falhas Médias
GESTÃO CONTÁBIL	2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7, 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4, 2.2.5, 2.2.6, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7.	Informação

Brasília, 11 de abril de 2017.

CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL.